

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Orion Transmissão S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Orion Transmissão S.A. ("Companhia ou Orion"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e notas explicativas para o exercício findo nessa data, assim como as práticas contábeis materiais e demais informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Orion Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

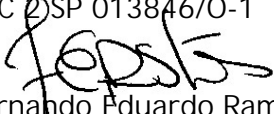


Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 18 de abril de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC SP 013846/O-1


Fernando Eduardo Ramos dos Santos
Contador CRC 1 GO 014553/O-0 - S - SP

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	-	511	18.291
Aplicações financeiras	4	6.760	3.341	31.920	3.341
Concessionárias e permissonárias	6	-	-	16.488	7.353
Adiantamento a funcionários		10	-	10	-
Adiantamento a fornecedores	7	243	30	1.678	1.230
Ativo contratual da concessão	9	-	-	76.008	32.450
Despesas antecipadas	11	398	333	2.159	1.004
Tributos e contribuições a compensar		692	864	3.063	1.641
Almoxarifado	8	-	-	6.750	5.664
Depósitos judiciais e cauções		2.358	-	2.358	-
Dividendos a receber	5	19.273	4.934	-	4.934
Outros ativos circulante		-	-	17	191
Total do ativo circulante		29.734	9.502	140.962	76.099
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Ativo contratual da concessão	9	-	-	1.035.462	533.169
Caixa restrito	10	-	-	31.683	15.608
Investimentos	11	374.894	189.413	-	-
Depósitos judiciais e cauções		-	-	218	-
Outros ativos não circulante		-	-	190	53
		374.894	189.413	1.067.553	548.830
Imobilizado		25	31	573	321
Intangível	12	-	-	16.250	16.250
Total do ativo não circulante		374.919	189.444	1.084.376	565.401
Total do ativo		404.653	198.946	1.225.338	641.500
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo Circulante					
Fornecedores		37	66	3.374	1.699
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	18.585	23.169
Debêntures	13	-	-	20.049	-
Obrigações sociais e trabalhistas		97	-	97	-
Obrigações tributárias		110	134	4.403	1.900
Dividendos mínimos obrigatórios	16	14.134	2.545	17.053	9.061
Impostos diferidos	15	-	-	3.957	1.081
Encargos setoriais		-	-	1.186	766
Provisão para contrato oneroso		-	-	5.700	-
Outros passivos circulante		343	355	1.801	676
Total do passivo circulante		14.721	3.100	76.204	38.352
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	295.538	312.560
Debêntures	13	-	-	273.530	-
Impostos diferidos	15	-	-	71.413	36.993
Provisão para contrato oneroso		-	-	60.161	-
Provisão para contingência	14	-	-	425	82
Total do passivo não circulante		-	-	701.067	349.635
Patrimônio líquido					
Capital social	17	350.346	194.056	350.346	194.056
Reserva legal		3.514	536	3.514	536
Ágio na subscrição de ações		(6.380) #	(6.380)	(6.380)	(6.380)
Reserva de lucros		42.452	7.634	42.452	7.634
Prejuízos acumulados		-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		389.932	195.846	389.932	195.846
Participação de Acionistas Não Controladores		-	-	58.135	57.667
Total do passivo e do patrimônio líquido		404.653	198.946	1.225.338	641.500

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	18	-	-	94.817	69.810
(-) Custos dos serviços prestados	19	-	-	(14.842)	(10.788)
(=) Resultado bruto		-	-	79.975	59.021
(Despesas)/receitas operacionais					
(-) Despesas administrativas	20	(728)	(509)	(4.956)	(2.502)
(-) Despesas tributárias		(5)	-	(5)	-
(+/-) Resultado com equivalência patrimonial	11	57.882	20.776	-	-
(+/-) Outras receitas e despesas	21	2.153	-	28.246	-
RESULTADO OPERACIONAL		59.302	20.267	103.260	56.519
(+) Receita financeira		274	2.361	5.526	5.388
(-) Despesa financeira		(12)	(4.270)	(36.691)	(33.999)
Resultado financeiro	22	262	(1.909)	(31.165)	(28.611)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		59.564	18.358	72.095	27.908
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente	23	-	-	(4.075)	(3.036)
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido	23	-	-	(1.370)	146
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS NÃO CONTROLADORES		59.564	18.358	66.650	25.018
Resultado atribuível aos acionistas não controladores		-	-	7.086	6.660
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		59.564	18.358	59.564	18.358
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas:					
Controladores		-	-	59.564	18.358
Não controladores		-	-	7.086	6.660

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	59.564	18.358	66.650	25.018
Total de resultados abrangentes	<u>59.564</u>	<u>18.358</u>	<u>66.650</u>	<u>25.018</u>
Resultados abrangentes atribuível aos acionistas:				
Controladores	-	-	59.564	18.358
Não controladores	-	-	7.086	6.660

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Ágio na subscrição de ações	Prejuízos acumulados	Reserva retenção lucros	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	101.056	-	(6.380)	(7.644)	-	-	87.032	78.390	165.423
Aumento/redução de capital	140.000	-	-	-	-	-	140.000	(27.383)	112.617
Adiantamento para redução de capital	(47.000)	-	-	-	-	-	(47.000)	-	(47.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	18.358	18.358	6.660	25.018
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	7.644	-	(7.644)	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	536	-	-	-	(536)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(2.545)	(2.545)	-	(2.545)
Destinação do lucro	-	-	-	-	7.634	(7.634)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	194.056	536	(6.380)	-	7.634	-	195.845	57.667	253.513
Aumento/redução de capital	156.290	-	-	-	-	-	156.290	(6.618)	149.672
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	59.564	59.564	7.086	66.650
Constituição de reserva legal	-	2.978	-	-	-	(2.978)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(14.134)	(14.134)	-	(14.134)
Dividendos pagos	-	-	-	-	(7.634)	-	(7.634)	-	(7.634)
Constituição de retenção de lucros	-	-	-	-	42.452	(42.452)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	350.346	3.514	(6.380)	-	42.452	-	389.932	58.135	448.067

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	59.564	18.358	66.650	25.018
Ajuste ao resultado:				
Receitas de aplicação financeira	(287)	(2.472)	(6.490)	(5.388)
Equivalência patrimonial	(57.882)	(20.776)	-	-
Juros e variações monetárias	(2.131)	4.163	(2.131)	9.853
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	13.255	-
Juros sobre debêntures	-	-	20.166	-
Remuneração do ativo de contrato de concessão	-	-	(75.135)	(53.314)
Receita de operação e manutenção	-	-	(25.714)	(10.005)
Receita de construção	-	-	-	-
Provisão revisão tarifária	-	-	(26.886)	-
Custo de construção	-	-	-	-
Tributos indiretos diferidos	-	-	1.063	20.637
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	1.368	17.422
Provisão e reversão da provisão para contingências, líquida	-	-	26	-
Provisão para contrato oneroso	-	-	422	-
Outras adições	-	(316)	78	1.214
	(736)	(1.043)	(33.328)	5.437
Variações nos ativos operacionais				
Contas a receber	-	-	-	-
Ativo de contrato da concessão	-	-	97.515	(231)
Concessionárias e permissionárias	-	-	(1.068)	(273)
Tributos e contribuições a compensar	173	(496)	(359)	(823)
Despesas antecipadas	(64)	(333)	(254)	(423)
Adiantamentos a fornecedores	(214)	(30)	(98)	438
Adiantamento a empregados	(10)	-	(10)	-
Depósitos Judiciais e Cauções	(2.358)	-	(2.320)	-
Estoques	-	-	2	-
Outros ativos	-	-	561	280
Variações nos passivos operacionais				
Fornecedores	(30)	62	(153)	(67)
Obrigações sociais e trabalhistas	95	-	78	-
Obrigações tributárias	(23)	126	321	214
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(2.980)	-
Encargos setoriais regulatórios	-	-	213	313
Partes relacionadas	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	2.545	-	6.120
Outros passivos	1	(13)	3.823	(585)
Fluxo de caixa consumido pelas atividades operacionais	(3.166)	818	61.943	10.400
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Participações societárias	-	(7.684)	24	-
Devolução de Aportes em controladas	-	-	-	-
Aplicações financeiras	(3.132)	16.404	(4.936)	13.488
Caixa restrito	-	-	(6.833)	(6.837)
Aquisição de Imobilizado e intangível	6	-	(18)	1.596
Dividendos recebidos	16.484	-	-	(2.698)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	13.358	8.720	(11.763)	5.549
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento de Capital atribuída a sócios não controladores	-	-	-	(20.723)
Aumento de capital	-	140.000	-	140.000
Adiantamento para redução de capital	-	(47.000)	-	-
Dividendos pagos	(10.192)	-	(15.474)	-
Ágio na subscrição de ações	-	-	-	-
Empréstimos e debêntures captados liquidados do custo de emissão	-	-	-	-
Pagamento de principal de empréstimos e debêntures	-	(12.338)	(25.120)	(18.028)
Pagamento de juros de empréstimos e debêntures	-	(90.200)	(27.366)	(116.873)
Fluxo de caixa originado pelas atividades de financiamento	(10.192)	(9.538)	(67.960)	(15.624)
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	-	(17.780)	327
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-	18.291	17.964
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-	511	18.291
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	-	(17.780)	327

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Órion Transmissão S.A ("Companhia" ou "Órion"), é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 02 de janeiro de 2020, com sede na cidade de São Paulo - SP, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Torre Sul, 30º andar, Vila Nova Conceição, sendo controlada por seu único acionista: XP INFRA II Fundo de Investimento em Participações em Infra Estrutura ("Fundo"), podendo criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

A Companhia tem por objeto social: (i) realizar estudos envolvendo quaisquer fatores capazes de influenciar os projetos, a construção, a operação e a manutenção de instalações relacionadas às atividades de distribuição e transmissão de energia elétrica da Companhia e das sociedades por ela investidas, bem como, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares à consecução do seu objeto social; (ii) investimento em novos projetos de infraestrutura e/ou expansão de projetos já existentes, implantados ou em processo de implantação, especialmente nas áreas de distribuição e transmissão de energia elétrica, incluindo a promoção de estudo e atividades de planejamento e construção das instalações relativas aos projetos da Companhia e sociedades por ela investidas, realizando e captando os investimentos necessários para o desenvolvimento das obras ou da operação e manutenção das instalações; e (iii) participação como acionista ou quotista, em outras sociedades que tenham como objeto social exclusivamente a participação em projetos de infraestrutura e empreendimentos na área de energia elétrica no Brasil.

Em 26 de agosto de 2025, a Órion adquiriu 100% (cem por cento) da participação societária na empresa Parnaíba Transmissão & Participações S.A, até então, detida pelo Fundo XP INFRA II. Essa operação foi realizada através de aporte de capital efetuado pelo Fundo XP INFRA II na Órion, no montante de R\$156.290, mediante a transferência de ações da Parnaíba, conforme evidenciado na NE 17.

Dessa forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a nova composição das participações societárias diretas da Companhia, estão como segue:

Empreendimentos	31/12/2025	31/12/2024
Arteon Z Transmissão e Participações S.A. (Holding)	76,02%	76,02%
Bre1 Implantação De Sist De Transm. Elétrica SPE	75,5%	75,5%
Bre3 Implantação De Sist De Transm Elétrica SPE	75,5%	75,5%
Parnaíba Transmissão & Participações S.A (ii)	100%	-

Nota:

A Arteon Z é uma Holding detentora das SPEs Arteon Z1 Energia S.A. ("Z1"), Arteon Z2 Energia S.A. ("Z2") e da Arteon Z3 Energia S.A. ("Z3").

A Parnaíba Transmissão é uma Holding detentora das SPEs Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Colinas"), FS Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("FS") e da Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Simões").

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

As SPEs possuem os contratos de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica conforme a seguir:

Concessionária	Contrato	Revisão Tarifária Periódica				Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
		Prazo (anos)	Vencimento	Prazo (anos)	Próxima		R\$	Mês-base
Arteon Z1 S.A ¹	29/2017	30	11/08/2047	5	2028	IPCA	13.847	07/2025
Arteon Z2 S.A ²	45/2017	30	01/09/2047	5	2028	IPCA	24.044	07/2025
Arteon Z3 S.A ³	09/2018	30	08/03/2048	5	2028	IPCA	13.341	07/2025
BRE ⁴	10/2018	30	08/03/2048	5	2028	IPCA	10.705	07/2025
BRE3 ⁵	19/2018	30	21/09/2048	5	2028	IPCA	11.725	07/2025
Colinas ⁶	22/2018	30	20/09/2048	5	2028	IPCA	10.544	07/2025
FS ⁷	17/2018	30	20/09/2048	5	2028	IPCA	15.976	07/2025
Simões ⁸	28/2018	30	20/09/2048	5	2028	IPCA	28.247	07/2025

- 1) Instalações e linhas de Transmissão composta pela subestação SE Resende 500/138 kV 3x100 MVA localizadas no Estado do Rio de Janeiro.
- 2) Instalações e linhas de Transmissão composta pela subestação SE 230/69-13 8 kV Caxias II (2x100 MVA) e seccionamento da LT; pelo novo pátio 230/69- 13 8 kV Subestação Teresina II (2x150 MVA) e pelo novo pátio 230/69-138 kV Subestação Boa Esperança II (2x100 MVA), localizadas nos Estados do Piauí e Maranhão.
- 3) Instalações e linhas de Transmissão composta pela subestação SE ITABUNA III 230/138 kV 3 x 150 MVA, localizadas no estado da Bahia.
- 4) Instalações e linha de Transmissão composta pela subestação SE Lagoa do Carro 230/69 Kv - 300 MVA, localizadas no Estado do Pernambuco.
- 5) Instalações e linhas de Transmissão composta pela subestação SE Santana II 230/69 kV-13,8 kV, 2 x 100 MVA, localizadas no Estado do Alagoas.
- 6) Instalações e linhas de Transmissão composta pela subestação SE Colinas 500/138 kV, localizadas no estado do Tocantins.
- 7) Instalações e linhas de Transmissão composta pela subestação Feira de Santana III, em 230/69-13,8kV, 2x150MVA, localizadas no estado da Bahia.
- 8) Instalações de Transmissão, compostas pela Linha de Transmissão Chapada I - Chapada II, em 230 kV, com origem na Subestação Chapada I e término na Subestação Chapada II; pela LT Chapada II - Chapada III, em 230 kV, circuito simples, com origem na Subestação Chapada II e término na Subestação Chapada III; pelo pátio novo em 138 kV na SE Chapada I 230/138-13,8 kV, 2 x 200 MVA, localizadas no estado do Piauí.

2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Essas demonstrações foram preparadas usando-se o custo histórico como base de valor e, quando aplicável, ajustado ao valor justo da transação.

As informações contábeis, individuais e consolidadas, foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e de sua Controlada em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia e de suas Controladas em dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 (doze) meses.

A Companhia e sua Controlada adotaram todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas para divulgação pela Administração em 18 de abril de 2026.

2.1. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

O Grupo determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o input - entrada de recursos adquirido em outputs - saídas de recursos, e os inputs - entradas de recursos adquiridos incluírem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituída sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo outputs - saída de recursos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o IFRS 9 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.2 Procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas aprovada pela Deliberação CVM nº 698/12 abrangendo a Companhia Orion Transmissão S.A. e suas controladas.

As controladas são todas as Companhias nas quais a Orion Transmissão S.A. detêm o controle, o controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

As controladas são consolidadas integralmente a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Controladas	Participação (%)	
	31/12/2025	31/12/2024
Arteon Z Transmissão e Participações S.A.	76,02%	76,02%
BRE Implantação de Sist. de Transmissão Elétrica	75,5%	75,5%
BRE3 Implantação de Sist. de Transmissão Elétrica	75,5%	75,5%
Parnaíba Transmissão & Participações S.A.	100%	-

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as Companhias consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora.

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e
- (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos receitas e despesas entre as empresas consolidadas bem como das contas mantidas entre estas controladas.

3. Práticas contábeis materiais

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e sua Controlada atuam. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), a moeda funcional da Companhia e de sua Controlada.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos passivos receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido;
- Contabilização de contratos de concessão.

Na contabilização dos contratos de concessão as controladas da Companhia efetuam análises que envolvem o julgamento da Administração substancialmente no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura ampliação reforços e melhorias como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração das controladas da Companhia avaliam o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de performance.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada à remuneração pela atividade de operar e manter conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre as entidades e seu cliente no início do contrato. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que as controladas da Companhia têm direito a receber a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Determinação das receitas de implementação da infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Após a entrada em operação quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção é reconhecida a receita pelo valor justo tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos conforme contraprestação dos serviços.

Conforme previsto no contrato de concessão o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa amplia reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, com até 90 dias da data de aplicação ou considerados de liquidez imediatas ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Receita anual permitida - RAP

A RAP tem como finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos contados a partir do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

Em dezembro de 2025, todas as SPEs possuíam seus ativos totalmente operacionais.

Ativo de concessão - contratual

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção classificados em:

a) Ativo de concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação dela. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. Estes valores a receber registrados na rubrica "Serviços de O&M" são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

b) Ativo de concessão - contratual

Todas as concessões foram classificadas dentro do modelo de ativo contratual refletindo na controladora a partir da incorporação ao seu capital social com a adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão ou na sua prorrogação e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP) que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura atividade executada durante fase de obra tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter e não somente a passagem do tempo sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo artigo 13 da Lei 9.427/1996, concessionárias permissionárias e autorizados devem recolher diretamente à ANEEL a taxa anual de fiscalização equivalente à 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

As subsidiárias aplicarão anualmente em pesquisa e desenvolvimento o montante de no mínimo 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico nos termos da Lei nº 9.991/2000 e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Holding

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre resultado tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros

b) SPEs

O imposto de renda e a contribuição social das SPEs são calculados com base no lucro presumido. As alíquotas aplicadas sobre a base de cálculo tributável são de 15% acrescida do adicional de 10% aplicadas sobre o excedente de R\$ 60.000 no trimestre para imposto de renda (8% de presunção), quando aplicável, e 9% sobre a base de cálculo para contribuição social (12% de presunção). A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes reconhecidos no resultado.

Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Investimentos

Na demonstração contábil individual da Controladora, as informações contábeis da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial levantadas na mesma data-base da Companhia.

Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua Controlada têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 (R1).

Reconhecimento de resultados

As receitas operacionais e financeiras, os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o regime de competência e de acordo com os pronunciamentos contábeis vigentes específicos para o setor de atuação da Companhia e de sua Controlada.

Normas e interpretações novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões as normas já existentes. As alterações de normas para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025 foram as seguintes:

- Alterações ao CPC 02 (R2) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. As alterações introduzidas nessa norma, adicionou novos requisitos com o objetivo de auxiliar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista deve ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21, emitido pelo IASB estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade tivesse caráter temporário.
- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.
- OCPC 10: Créditos de carbono (TCO2E), permissões de emissão (allowances) e Crédito de descarbonização (CBI), cujo objetivo é tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e) a serem observados pelas entidades garantindo que as informações financeiras sejam consistentes e que permitam a sua conexão com o relatório de sustentabilidade.

As referidas normas não trouxeram impactos materiais para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da adoção das referidas normas.

- IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros, com vigência 01/01/2026;
- IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Essa norma dispõe sobre requerimentos relativos a liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de transferência eletrônica de caixa; esclarece e adiciona orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros, incluindo situações de ocorrência de um evento contingente, adiciona que a entidade deve avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança com características vinculadas a ASG ou ESG, com vigência 01/01/2026;
- Alterações ao IFRS 18 (CPC 51) Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: Essa norma contábil substituirá o IAS 1 (CPC 26), introduzindo categorias definidas para todas as receitas e despesas, tais como: operacionais, de investimentos, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda com o intuito de fornecer informações mais relevantes e transparentes aos usuários tornando-se possível comparar o desempenho financeiro de entidades semelhantes, com vigência 01/01/2027;
- Alterações ao IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações, com vigência 01/01/2027.

A Administração segue avaliando os possíveis impactos da adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras, especialmente na estrutura da demonstração do resultado, nos fluxos de caixa e aguardará as orientações do CPC quanto à aplicação deste pronunciamento.

As referidas normas não trouxeram impactos materiais para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Banco conta corrente	-	-	511	18.291
Aplicação financeira (i)	6.760	3.341	31.920	3.341
Total	6.760	3.341	32.431	21.632

- (i) O saldo desse grupo é composto principalmente de aplicações financeiras em certificado de depósito bancários (CDB). São operações de alta liquidez, sem restrição de uso e com baixo risco de crédito. Os recursos aplicados em operações com liquidez imediata, são remunerados com taxas variáveis atreladas a variação do CDI, remuneradas a uma taxa de 98% a 100% do CDI no caso do CDB e de 80% até 85% do CDI para aplicações compromissadas de curtíssimo prazo.

5. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos referem-se a dividendos a receber da Arteon Z Transmissão e Participações S.A, da BRE 1 Implantação de Sistema de Transmissão Elétrica SPE e da BRE 3 Implantação de Sistema de Transmissão Elétrica e da Parnaíba Transmissão & Participações S.A.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos a receber	19.273	4.934	-	4.934
Total	19.273	4.934	-	4.934

6. Concessionárias e permissionárias

Valores referentes ao faturamento da RAP e Demais Instalações de Transmissão ("DITs") das SPEs correspondentes à parcela operacional que serão recebidos em 3 parcelas vincendas nos dias 15 e 25 do mês subsequente e 05 do segundo mês subsequente ao faturamento.

Descrição	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Concessionárias e permissionárias	4.734	5.548
CCT/DIT	2.493	-
Concessionárias e permissionárias (a faturar)	9.261	1.805
Total	16.488	7.353

Os valores a receber de concessionárias e permissionárias são relativas ao serviço de transmissão de energia, e estão garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas- correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), dessa forma, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

7. Adiantamentos a fornecedores

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a fornecedores	243	30	1.678	1.230
Total	243	30	1.678	1.230

8. Almoxarifado

Avaliados ao custo de aquisição, composto principalmente por peças de reposição utilizadas para manutenção da infraestrutura:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Peças de reposição e manutenção	6.750	5.664
Total	6.750	5.664

9. Ativo contratual de concessão

O ativo contratual da concessão é de Implementação da infraestrutura - fluxo de recebimento de caixa esperado, referente à remuneração dos investimentos de implementação de infraestrutura de transmissão de energia elétrica descontado a valor presente.

Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

Composição do ativo contratual da concessão

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita de Implementação da Infraestrutura	846.295	464.638
Margem de implementação de infraestrutura	272.397	52.432
Remuneração do ativo de concessão	345.440	249.379
Receita de operação e manutenção	48.970	43.830
Reajuste tarifário anual e Revisão tarifária periódica	79.891	1.042
Recebimento RAP	(481.523)	(245.702)
Saldos finais	1.111.470	565.619
Circulante	76.008	32.450
Não Circulante	1.035.462	533.169

Abaixo a movimentação do ativo de contratual:

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Descrição	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	565.619	565.388
Saldo inicial controlada Parnaíba	511.659	-
Remuneração do ativo de concessão	103.802	53.315
Receita de operação e manutenção	21.069	7.692
RAP projetada x realizada	9.732	5.410
Receita anual permitida realizada	(127.939)	(66.187)
Reajuste tarifário anual e Revisão tarifária periódica	26.093	-
Outros	1.435	-
Total	1.111.470	565.619
Circulante	76.008	32.450
Não circulante	1.035.462	533.169

10. Caixa restrito

As aplicações em conta das controladas Z2 e Z3 referem-se ao contrato de financiamento junto a instituição financeira BNB cuja finalidade é cobrir principal juros e outros custos relacionados ao contrato. O saldo mínimo que deve ser mantido em reserva corresponde a 6,6% e 6,7%, respectivamente do valor efetivamente desembolsado pelas empresas Z2 e Z3. Na controlada Arteon ZT, a aplicação esta vinculada à segunda emissão de debentures simples não conversíveis em ações, no montante mínimo do valor da próxima prestação vincenda.

Descrição	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Aplicação financeira - conta reserva	31.683	15.608
Total	31.683	15.608
Circulante	-	-
Não circulante	31.683	15.608

11. Investimentos

a) Composição dos saldos

Descrição	Participação (%)	Participação	
		31/12/2025	31/12/2024
Arteon Z Transmissão e Participações S.A.	76,02%	101.513	101.244
Mais Valia Arteon Z	-	9.808	9.808
Bre1 Implantação De Sist De Transm. Elétrica SPE	75,50%	30.230	30.214
Bre3 Implantação De Sist De Transm Elétrica SPE	75,50%	42.945	41.706
Mais Valia Bre1 e Br3	-	6.442	6.442
Parnaíba Transmissão & Participações S.A.	100%	-	-
Total		183.957	-
		374.894	189.413

Conforme mencionado na NE 1, em 26 de agosto de 2025, a Órion adquiriu 100% (cem por cento) da participação societária da empresa Parnaíba Transmissão & Participações S.A, até então, detida pelo Fundo XP INFRA II Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

b) Movimentação dos saldos

Descrição	31/12/2024	Participação societária	(-) Dividendos	Outros	Equivalência Patrimonial	31/12/2025
Arteon Z Transmissão e Participações S.A.	111.053	-	(10.608)	-	10.876	111.321
BRE1 Implantação de Sistema de Transmissão Elétrica SPE	32.916	-	(4.894)	-	4.910	32.932
BRE3 Implantação de Sistema de Transmissão Elétrica SPE	45.444	-	(5.190)	-	6.430	46.684
Parnaíba Transmissão e Participações S.A.	-	156.290	(10.130)	2.131	35.666	183.957
Total	189.413	156.290	(30.822)	2.131	57.882	374.894

Descrição	31/12/2023	Participação societária	Mais Valia	(-) Dividendos	(-) Outros	Equivalência patrimonial	31/12/2024
Arteon Z Transmissão e Participações S.A.	108.717	-	-	(6.768)	-	9.104	111.053
Bre1 Implantação De Sist De Transm. Elétrica SPE	22.365	4.941	(669)	(3.319)	4.224	5.374	32.916
Bre3 Implantação De Sist De Transm Elétrica SPE	29.872	9.932	(928)	(3.630)	3.900	6.298	45.444
Total	160.954	14.873	(1.597)	(13.717)	8.124	20.776	189.413

12. Intangível

Em conformidade com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 15 - Combinação de Negócios, a Arteon deve contabilizar o Balanço Patrimonial pela aplicação do método de aquisição, que consiste no reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos por seus valores justos, na data de aquisição. A Arteon possui hoje em seu ativo saldos de caixa e recebíveis entre outros saldos. O maior valor, entretanto, é o Ativo Contratual, oriundo do direito de exploração da atividade de transmissão, garantido por um contrato de concessão, e valorado com base no rendimento desse ativo a uma taxa de retorno esperada pelos acionistas. No âmbito de uma avaliação para fins de PPA, esse ativo deve ser reavaliado com base em retornos e premissas comuns a um participante médio de mercado, ou seja, a valor justo. Diante do exposto e a partir de análises e discussões realizadas com a Arteon, reavaliamos o ativo contratual a valor justo a partir do fluxo de caixa da firma descontado a valor presente com os devidos ajustes de balanço - ativos e passivos não operacionais e dívida líquida.

12.1.Arteon

a) Valor justo dos demais ativos e passivos assumidos

Patrimônio Líquido a Valor Justo - 100% Arteon	
	Valor justo
Disponibilidades	17.264
Recebíveis	13.832
Impostos a recuperar	43
Ativo Intangível	(2.376)
Outros	4.919
Conta reserva	2.743
Ativo contratual	324.218
Total de ativos	360.643
Contas a Pagar	13.515
Impostos a pagar	256
Impostos diferidos	20.019
Dividendos	1.987
Empréstimos e financiamentos	211.606
Total passivos	247.383
Patrimônio Líquido	113.260
Participação de não controladores mensurada a valor justo	(33.311)
Total da contraprestação	79.949

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Alocação de preço de aquisição (em R\$) - Laudo	
	Valor justo
Disponibilidades	12.187
Recebíveis	9.764
Impostos a recuperar	30
Ativo Intangível	(1.678)
Outros	3.472
Conta reserva	1.936
Ativo contratual	228.862
Total de ativos	254.573
Contas a Pagar	9.540
Impostos a pagar	181
	14.131
Dividendos	1.403
Empréstimos e financiamentos	149.370
Total passivos	174.625
	79.948
Patrimônio Líquido	79.948
Parcela alocada	79.948
Valor presente das devoluções	22.617
Preço pago pela adquirente	102.565

12.2.BRE1 e BRE3 (Consolidado)

a) Valor justo dos demais ativos e passivos assumidos

Patrimônio Líquido a Valor Justo - 100% BRE1 e BRE3 (Consolidado)	
	Valor justo
Disponibilidades	2.064
Recebíveis	2.274
Almoxarifado operacional	1.883
Impostos a recuperar	30
Ativo Intangível	-
Outros	416
Conta reserva	2.625
Impostos diferidos	-
Ativo contratual	201.577
Total de ativos	210.869
Contas a Pagar	899
Impostos a pagar	382
Impostos diferidos	12.057
Outros	319
Empréstimos e financiamentos	105.836
Total passivos	119.493
	91.376
Patrimônio Líquido	91.376

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Alocação de preço de aquisição (em R\$) - Laudo	
	Valor justo
Disponibilidades	1.053
Recebíveis	1.160
Almoxarifado operacional	960
Impostos a recuperar	15
Ativo Intangível	-
Outros	212
Conta reserva	1.339
Impostos diferidos	-
Ativo contratual	102.804
Total de ativos	107.543
Contas a Pagar	458
Impostos a pagar	195
Impostos diferidos	6.149
Outros	163
Empréstimos e financiamentos	53.976
Total passivos	60.941
Patrimônio Líquido	46.602
Parcela alocada	46.602
Valor presente das devoluções	-
Preço pago pela adquirente	46.602

b) Mais valia

Descrição	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Arteon Z Transmissão e Participações S.A. (i)	9.808	9.808
Bre 1 e Bre3 Implantação De Sist De Transm Elétrica SPE (ii)	6.442	6.442
Total	16.250	16.250

12.3.Parnaíba

a) Valor Patrimonial dos demais ativos e passivos assumidos

Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido	
Ativo Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	104
Outros ativos	3.122
Tributos a recuperar	68
Total do ativo circulante	3.294
Não circulante	
Títulos e valores mobiliários	9.476
Investimentos	301.149
Total do ativo não circulante	310.625
Total do Ativo	313.919

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido	
Passivo circulante	
Fornecedores	16
Obrigações tributárias	8
Empréstimos e financiamentos	9.300
Outros passivos	3
Total do passivo circulante	<u>9.327</u>
Não circulante	
Empréstimos e financiamentos	148.302
Total do passivo não circulante	<u>148.302</u>
Patrimônio líquido	
Capital social	230.736
Lucros ou prejuízos acumulados	<u>(74.446)</u>
Total do patrimônio líquido	<u>156.290</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>313.919</u></u>

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

13. Empréstimos e debêntures

a) Composição dos saldos

Instituição	Companhia	Valor da captação	Data de início	Encargos com Bônus	Data final	Finalidade	Garantia	Consolidado		
								31/12/2025	31/12/2024	
Banco do Nordeste	Z2 Energia	80.606	24/12/2019	IPCA+1,31% IPCA+1,62%	15/06/2034	Investimento em Infraestrutura	Conta reserva BNB, CFDC e Penhor de Ações (*)	53.803	60.180	
Banco do Nordeste	Z3 Energia	51.872	30/07/2020	IPCA+1,46%	15/02/2036	Investimento em Infraestrutura	Conta reserva BNB, CFDC e Penhor de Ações (*)	45.143	47.673	
Debenture ARTP12	Arteon Z	75.000	19/09/2020	IPCA+6,30%	15/02/2043	Investimento em Infraestrutura	Conta reserva BNB, CFDC e Penhor de Ações (*)	92.028	90.791	
Debenture ARTP12		41.003	18/07/2023	IPCA+7,24%	15/08/2038			43.830	46.827	
Banco do Nordeste	BRE1	44.197	22/03/2019	IPCA+1,39%	01/04/2043	Financiamento - Proinfa	CFDC e Penhor de Ações (*)	45.372	47.021	
Banco do Nordeste	BRE1				01/04/2043	Aplicação financeira vinculada		-	-	
Banco do Nordeste	BRE3	50.036	23/09/2019	IPCA+0,93%	01/10/2039	Financiamento - Proinfa	CFDC e Penhor de Ações (*)	46.457	48.375	
Banco do Nordeste	BRE3				01/10/2039	Aplicação financeira vinculada		-	-	
Banco da Amazônia	Colinas	35.000	26/04/2022	IPCA+1,34%	15/07/2045	Investimento em Infraestrutura	Conta reserva BASA e fiança bancária	31.206	-	
Banco do Nordeste	FS	61.278	26/04/2022	IPCA+0,98%	15/08/2042	Investimento em Infraestrutura	Conta reserva BNB e fiança bancária	52.836	-	
Banco do Nordeste	Simões	49.567	31/05/2022	IPCA+,84%	15/09/2040	Investimento em Infraestrutura	Conta reserva BNB e fiança bancária	43.620	-	
Debenture LCEN12	Parnaíba	41.648	19/09/2020	IPCA + 6,95%	15/08/2043	Investimento em Infraestrutura	Cessão fiduciária das ações e recebíveis da SPE Colinas	60.443	-	
Debenture LCEN22	Parnaíba	67.000	31/08/2023	IPCA + 6,95%	15/08/2043	Investimento em Infraestrutura	Cessão fiduciária das ações e recebíveis da SPE Colinas	97.280	-	
								<u>607.702</u>	<u>335.729</u>	
								Circulante	38.634	23.169
								Não Circulante	569.068	312.560

(*) As cartas de fianças foram exoneradas e baixadas em fevereiro de 2024 (BRE 1 e BRE 3), outubro de 2024 (Arteon Z2) e maio de 2025 (Arteon Z3), dando lugar às garantias oriundas da própria concessão, conforme contrato de financiamento:

- Contrato de cessão fiduciária de direitos de O&M;
- Contrato de cessão fiduciária da Concessão;
- Contrato de cessão fiduciária de direitos emergentes da concessão;
- Contrato de penhor de ações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

b) Movimentação dos saldos

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	335.729	439.081
Saldo inicial controla Parnaíba	290.575	-
Pagamento principal	(31.379)	(116.873)
Capitalização de juros	-	9.853
Juros pagos	(38.277)	(18.028)
Juros e variações monetárias e cambiais	50.231	21.697
Aplicação financeira vinculada	823	-
	<u>607.702</u>	<u>335.729</u>

c) Cronograma de pagamentos

	Consolidado
2026	18.801
2027	19.680
2028	20.917
2029	33.872
Após 2029	514.432
	<u>607.702</u>

d) Covenants e garantias

Os Contratos de debêntures possuem cláusulas restritivas a serem seguidas pela Companhia. O "covenant financeiro" foi estabelecido pela emissora com índice de cobertura do serviço da dívida igual ou superior a 1,3X, a serem calculado pela emissora e acompanhados pelo agente fiduciário semestralmente, com base nas demonstrações financeiras regulatórias consolidadas da Arteon, sendo auditadas por empresas de auditoria independente registrados na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os covenants acima mencionados foram cumpridos.

14. Provisão para contingências

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda conforme análise dos assessores jurídicos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

a. Processos prováveis

Empresas	Tipo	Situação 31/12/2025	Situação 31/12/2024
Orion Transmissão S.A.	Controladora	-	-
Arteon Z Transmissão e Participações S.A. (Holding)	Controlada	-	-
Parnaíba Transmissão e Participações S.A (i)	Controlada	318	-
BRE1 Implantação de Sistema de Transmissão Elétrica SPE (ii)	Controlada	106	74
BRE3 Implantação de Sistema de Transmissão Elétrica SPE	Controlada	-	8
Total		<u>425</u>	<u>82</u>

b. Controladora

Em 31 de dezembro de 2025, a controladora não possui processos cujo prognóstico de perda seja provável ou possível.

c. Consolidado

- (i) Em 31 de dezembro de 2025, os processos provisionados como perdas prováveis são da FS (SPE controlada pela Parnaíba), e referem-se à indenização de servidão.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2025, a controlada direta BRE, possui processos judiciais de natureza cível, no montante total de R\$ 106, cujo prognóstico de perda está avaliado como provável. Esses processos possuem depósitos judiciais no valor atualizado de R\$ 7.

Em 31 de dezembro de 2025, a Arteon Z3 (SPE controlada pela Arteon ZT) possui 01 (uma) ação judicial de natureza trabalhista, no montante total de R\$ 84, cujo prognóstico de perda está avaliado como possível.

Em 31 de dezembro de 2025, a FS (SPE controlada pela Parnaíba) possui 03 (três) processos, no montante total de R\$ 128, cujo prognósticos de perda está avaliado como possível. Esses processos são dois de natureza cível e um de natureza trabalhista.

Em 31 de dezembro de 2025, a Simões (SPE controlada pela Parnaíba) possui um processo de natureza cível, no montante total de R\$ 4, cujo prognóstico de perda está avaliado como possível.

Em 31 de dezembro de 2025, as SPEs Arteon Z1 e Arteon Z2 (SPEs da Controlada) Arteon ZT) e a Colinas (SPE da controla Parnaíba), além da controlada direta BRE 3 não possuem processos cujo prognóstico seja de perda seja provável ou possível.

15. Tributos indiretos

Os saldos de PIS e COFINS diferidos apresentados são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual pela alíquota de 0,65% e 3% respectivamente e o recolhimento ocorrerá à medida que a Arteon receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/2017.

Descrição	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda diferido	22.714	11.312
Contribuição social diferida	12.030	6.119
	34.744	17.431
Tributos indiretos diferidos	40.626	20.645
	40.626	20.645
	75.370	38.076
Circulante	3.957	1.081
Não circulante	71.413	36.993

Reforma tributária

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023 que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente, regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025. Nesse novo modelo, os tributos PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI serão substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, e ainda pelo Imposto Seletivo (IS) que assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos.

A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032.

Potenciais impactos contábeis como reflexo das alterações a serem trazidas pela Reforma tributária, podem incluir:

Impostos indiretos acumulados a recuperar: tributos sobre o consumo (descontinuidade do PIS e da COFINS a partir de janeiro de 2027, redução gradual do ICMS a partir de 2028 até 2033 e do ISS), serão substituídos por novos impostos (IBS) e contribuições (CBS). Conseqüentemente, a recuperação destes impostos e o prazo de recuperação podem ser impactados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

16. Partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

	Arteon				2025	2024
	ZT	Parnaíba	BRE	BRE 3		
Dividendos a receber	5.321	10.130	2.298	1.524	19.273	4.934
	<u>5.321</u>	<u>10.130</u>	<u>2.298</u>	<u>1.524</u>	<u>19.273</u>	<u>4.934</u>

	Fundo XP		
	INFRA II	2025	2024
Dividendos a pagar	14.134	14.134	2.545
	<u>14.134</u>	<u>14.134</u>	<u>2.545</u>

Remuneração da Administração

Não houve no ano corrente remuneração da Administração, Diretores e membros do Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não tinha contratos em aberto e não realizou outras operações envolvendo outras partes relacionadas.

17. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 350.345.935,00 (31 de dezembro de 2024 R\$ 241.055.820,00) e está representado por 350.345.935 (31 de dezembro de 2024 241.055.820) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, detidas integralmente pela XP INFRA II Fundo de Investimento em Participação em Infraestrutura.

A composição do capital social está representada abaixo:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
Acionista XP Infra II.	350.345.935	350.346	100%	241.055.820	241.056	100%
	<u>350.345.935</u>	<u>350.346</u>	<u>100%</u>	<u>241.055.820</u>	<u>241.056</u>	<u>100%</u>
(-) Adiantamento para redução de capital	-	-	-	(47.000.000)	(47.000)	100%
	<u>350.345.935</u>	<u>350.346</u>	<u>100%</u>	<u>194.055.820</u>	<u>194.056</u>	<u>100%</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Em 26 de agosto de 2025 houve aumento de capital social no valor de R\$ 156.290, mediante a emissão de 156.290.115 (cento e cinquenta e seis milhões, duzentas e noventa mil e cento e quinze) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelo único acionista da Companhia, XP INFRA II Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, mediante a transferência da totalidade das ações de emissão da empresa Parnaíba Transmissão & Participações, antes detida pelo XP INFRA II, para a Órion.

Desta forma, a Companhia encerrou o exercício de 2025 com o valor de R\$350.346 na rubrica de capital subscrito e integralizado.

b) Reserva Legal

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro do período até o limite de 20% do capital social.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	59.564	18.358
Absorção de prejuízos acumulados	-	(7.644)
Reserva legal 5%	2.978	536
Movimentação da reserva legal		
Saldo inicial da reserva legal	536	-
Reserva legal do ano	2.978	536
Saldo final da reserva legal	<u>3.514</u>	<u>536</u>

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	59.564	18.358
Absorção de prejuízos acumulados	-	(7.644)
Reserva legal (5%)	<u>(2.978)</u>	<u>(536)</u>
Base para dividendos	56.586	10.178
Alíquota	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>14.134</u>	<u>2.545</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, a Companhia auferiu lucro, e de acordo com o divulgado e estabelecido no estatuto social da Companhia, "cdo saldo, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório.

Reserva de lucros retidos

Essa reserva é constituída com saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas; O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei nº 6.404/76.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	59.564	18.358
Absorção de prejuízos acumulados	-	(7.644)
Reserva legal 5%	(2.978)	(536)
Dividendos mínimos obrigatórios	(14.134)	(2.545)
Reserva de lucros retidos	<u>42.452</u>	<u>7.634</u>
Saldo inicial da Reserva de lucros retidos	7.634	-
Dividendos adicionais	(7.634)	-
Constituição de reservas de lucros retidos	42.452	7.634
Saldo final da reserva de lucros retidos	<u><u>42.452</u></u>	<u><u>7.634</u></u>

No exercício de 2025 a reserva de legal e as reservas de lucros retidos totalizaram R\$ 45.966. Em 2024, o montante corresponde à reserva de lucros totalizou R\$ 7.634.

18. Receita líquida

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração do ativo de concessão (ii)	72.939	53.314
Receita de operações de manutenção (i)	25.757	10.005
Revisão Tarifaria	793	-
Outras receitas	1.123	10.124
Receita bruta	<u>100.612</u>	<u>73.443</u>
PIS	(805)	(1.302)
COFINS	(3.715)	(1.375)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(922)	(481)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(353)	(182)
Encargos Regulatórios	-	(292)
Receita líquida	<u><u>94.817</u></u>	<u><u>69.810</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Em 2025, O saldo total contempla às informações consolidadas da Holding Parnaíba Transmissão & Participações

Abaixo resumo das receitas das transmissoras:

i. Serviços de implementação de infraestrutura e Operação e Manutenção

A receita relacionada a implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida conforme gastos incorridos. As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela companhia. Quando presta mais de um serviço em um contrato de concessão a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregue.

ii. Remuneração dos ativos de concessão

A receita de remuneração dos ativos é reconhecida pela taxa de juros que reflete a volatilidade econômica sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa de desconto representa o componente financeiro baseado em uma taxa de mercado estabelecida no início dos contratos.

19. Custo de implementação e infraestrutura

	<u>Consolidado</u> 31/12/2025	<u>Consolidado</u> 31/12/2024
Operação e manutenção	(8.425)	(2.289)
Pessoal e encargos	(451)	(249)
Serviços de terceiros	(3.706)	(7.567)
Materiais e insumos	(337)	-
Aluguéis	(673)	(113)
Seguros	(547)	(21)
Outros custos	(703)	(550)
	<u>(14.842)</u>	<u>(10.788)</u>

20. Despesas administrativas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Despesas com pessoal	7	(16)	(971)	(348)
Serviços de terceiros	(711)	(511)	(3.284)	(1.822)
Materiais e insumos	(3)	(2)	(15)	(13)
Aluguéis	(3)	-	(234)	(26)
Tributos	-	-	(78)	-
Outras despesas	(18)	20	(374)	(293)
	<u>(728)</u>	<u>(509)</u>	<u>(4.956)</u>	<u>(2.502)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

21. Outras receitas e despesas

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de revisão tarifária periódica (RTP) revisão tarifária anual	-	-	26.093	-
Varição de investimento	2.131	-	2.131	-
Outras receitas	24	-	24	-
Outras despesas	(2)	-	(2)	-
Total	2.153	-	28.246	-

No exercício de 2025, a Companhia contratou consultoria externa especializada com o objetivo de revisar as bases de cálculo e mensuração do ativo contratual, relacionado à concessão do serviço público de transmissão no tocante às Revisões Tarifárias Periódicas (RTPs) e Revisões Tarifárias Anuais (RTAs), conforme previstas nos contratos de concessão e nas resoluções homologatórias e autorizativas publicadas pela ANEEL.

Em decorrência das revisões ocorridas durante o exercício de 2025, foram reconhecidos em outras receitas o montante de R\$ 26.093, com impacto positivo no resultado.

22. Resultado financeiro

Receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Rendimento de aplicação financeira	200	2.472	5.428	5.499
Outras Receitas	87	-	178	-
Tributos s/ receita financeira	(13)	(111)	(80)	(111)
Total de receitas financeiras	274	2.361	5.526	5.388

Despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Encargos financeiros	(1)	(4.220)	(34.127)	(31.681)
IOF, comissões e taxas	(1)	(29)	(1.453)	(1.927)
Multas	(4)	(2)	(36)	(50)
Outras despesas financeiras	(6)	(198)	(1.075)	(341)
Total de despesas financeiras	(12)	(4.270)	(36.691)	(33.999)
Resultado financeiro líquido	262	(1.909)	(31.165)	(28.611)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

23. Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do IRPJ e CSLL	59.564	17.799	72.096	27.908
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	20.252	6.052	24.513	9.489
Equivalência patrimonial	(57.882)	(20.217)	-	-
Parcela não reconhecida de crédito tributário	37.630	14.165	(24.513)	(9.489)
Tributação pelo regime de lucro presumido	-	-	(5.445)	(2.890)
Despesas de IRPJ e CSLL	-	-	(5.445)	(2.890)
Alíquota efetiva	-	-	(8%)	(10%)

24. Instrumentos financeiros

A Administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando segurança rentabilidade e liquidez. A política de controle é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável assim não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

24.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

	Nível	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos mensurados pelo custo amortizado					
Caixa e bancos	2	-	-	511	6.460
Depósitos judiciais e cauções	2	2.358	-	2.358	14
Concessionárias e permissionárias	2	-	-	16.488	7.353
Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	2	6.760	3.341	31.920	15.170
Caixa restrito	2	-	-	15.608	20.746
Passivos mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores	2	37	66	3.374	1.698
Empréstimos e debêntures	2	-	-	607.702	340.866
Dividendos a pagar		14.134	-	17.053	-

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou na ausência deste e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia e sua Controlada classificam os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2: preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos outras entradas não observáveis no nível 1 direta ou indiretamente nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3: ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva ao valor de mercado.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável assim não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia constantes do balanço patrimonial estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual que é próximo ao valor de mercado.

A Companhia e suas Controladas não designaram derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e não possuem saldos em aberto referentes a esses instrumentos nessas datas.

25. Gestão de riscos e de capital

As operações financeiras são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora visando segurança rentabilidade e liquidez e previamente aprovada pela Diretoria. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar os negócios da Companhia e de sua Controlada são:

a) Risco de crédito

A Companhia e sua Controlada mantêm contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) concessionárias e outros agentes regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica com cláusula de garantia bancária.

b) Risco de preço

As receitas são nos termos do contrato de concessão a RAP reajustadas anualmente pela ANEEL.

c) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar da Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, remunerados a uma taxa de juros, estão a seguir apresentados pelo valor contábil:

Ativos financeiros	31/12/2025	31/12/2024	Classificação de acordo com o CPC 48
Certificados de depósitos bancários (CDB) e Letras financeiras do tesouro (LFTs)	6.760	3.341	Valor justo

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Instrumento	Indexador	Data-base	Exposição	Cenário 1	Redução de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Certificados de depósitos bancários (CDB) e Letras financeiras do tesouro (LFTs)	CDI	31/12/2025	6.760	994	745	497	1.242	1.491
Certificados de depósitos bancários (CDB) e Letras financeiras do tesouro (LFTs)	CDI	31/12/2024	3.341	436	327	218	545	654
Certificados de depósitos bancários (CDB) e Letras financeiras do tesouro (LFTs)	CDI	31/12/2023	22.217	2.897	2.173	1.449	3.621	4.346

26. Seguros

A Administração contrata seguros para cobertura de riscos operacionais em níveis considerados suficientes para cobrir eventuais riscos de sinistros.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui opinar sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela Administração de cada instalação.

27. Eventos subsequentes

Aquisição de participação societária e financiamento

Em 03 de outubro de 2025, a Companhia sagrou-se vencedora do Lote B no Leilão para Alienação da Totalidade das Participações Acionárias da Participações Acionárias da Celgpar em Investidas ("Leilão"), realizado na B3. O referido lote compreende a participação acionária de 49% da Pantanal Transmissão S.A., sociedade detentora de concessão de transmissão de energia elétrica referente a subestação localizada em Campo Grande - MS.

Em 4 de março de 2026, a Órion celebrou o Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, em duas liquidações, cujos recursos serão destinados ao financiamento da referida aquisição e gestão ordinária dos negócios da Emissora.

Em 18 de março de 2026, a operação de aquisição da Pantanal Transmissão S.A. foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, conforme Despacho nº 955.

A liquidação financeira da aquisição está prevista para ocorrer até 30 de abril de 2026.

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Redução de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de março de 2026, foi aprovada a redução do capital social da Companhia no montante total de R\$ 55.000, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76.

Paulo André Garcia de Souza
Diretor

Carlos Eduardo Zazur
Diretor

Iran Oliveira Reis
Contador CRC SP 204136